



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

Verbetes Históricos-Biográficos (Organização, Pesquisa e Produção)

ALEXANDRE FREIRE CUNHA

JOÃO PESSOA-PB

2025

ALEXANDRE FREIRE CUNHA

Verbetes Históricos-Biográficos (Organização, Pesquisa e Produção)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Martinho Guedes dos Santos Neto.

**JOÃO PESSOA - PB
2025**

ALEXANDRE FREIRE CUNHA

Verbetes Históricos-Biográficos (Organização, Pesquisa e Produção)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
curso de Licenciatura em História da UFPB
como requisito para a obtenção de diploma.

João Pessoa, Outubro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº. Drº. Martinho Guedes dos Santos Neto (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba

Profº. Drº. Vanderlan Paulo de Oliveira (Avaliador)
Universidade Federal da Paraíba

Profª. Drª. Monique Guimarães Cittadino (Avaliadora)
Universidade Federal da Paraíba

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

C972v Cunha, Alexandre Freire.
Verbetes Históricos-biográficos (Organização,
Pesquisa e Produção) / Alexandre Freire Cunha. - João
Pessoa, 2025.
29 f.

Orientador : Martinho Guedes dos Santos Neto.
TCC (Especialização) - Universidade Federal da
Paraíba/Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes,
2025.

1. Verbetes. 2. Prosopografia. 3. Elite. 4.
Assembleia Legislativa da Paraíba. I. Santos Neto,
Martinho Guedes dos. II. Título.

UFPB/CCHLA

CDU 32(813.3)

Resumo

A política do Estado da Paraíba chama a atenção pela constância de determinados sobrenomes. Esse predomínio familiar pode ser observado quando analisamos os sobrenomes de políticos parentes. Tal fato fica mais evidente quando colocamos o nosso foco nos cargos de poder que eles ocupam. Esses grupos familiares compõem assim a elite política estadual. Um dos casos desse apoderamento é a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), cuja presença de sobrenomes no legislativo demonstra como esses cargos são passados entre os membros dessas famílias. Nessa perspectiva, este trabalho teve o intuito de analisar essa tradição a partir do marco da Assembleia Constituinte de 1947, com o propósito de identificar e produzir Verbetes Históricos-Biográficos sobre cada um dos seus deputados. Dessa forma, torna-se o ponto de partida para examinar como os membros dessa elite conseguem ocupar esses espaços e neles permanecerem ao longo das décadas. Para tanto, este trabalho dividiu-se em três etapas: 1^a Construção do Modelo do Verbete; 2^a A Organização das Fontes de Pesquisa; 3^a A Produção dos Verbetes.

Palavras-Chaves: Verbetes, Prosopografia, Elite, Assembleia Legislativa da Paraíba.

Abstract

The politics of the state of Paraíba is notable for the constancy of certain surnames. This family dominance can be observed when we analyze the presence of politicians who are relatives. This fact becomes even more evident when we focus on the positions of power they hold; these family groups thus comprise the state's political elite. One of the cases of this seizure is the Legislative Assembly of Paraíba (ALPB), where the presence of surnames in the legislature demonstrates how these positions are passed between members of these families. Given this, this work aimed to analyze this tradition from the framework of the Constituent Assembly of 1947, with the purpose of identifying and producing Historical-Biographical Entries on each of its deputies. Thus, it becomes the starting point for examining how members of this elite manage to occupy these spaces and remain there over the decades. To this end, this work was divided into three stages: 1. Construction of the Entry Model; 2. Organization of Research Sources; 3. Production of the Entries.

Keywords: Entries, Prosopography, Elite, Legislative Assembly of Paraíba.

Sumário

Introdução	6
A Construção dos Verbetes	7
O Trabalho com as Fontes Históricas	13
A Produção dos Verbetes	24
Considerações Finais	26
Referências	28

Introdução

Quando iniciamos os estudos sobre as elites políticas da Paraíba, ficou evidenciada uma longa tradição familiar quase contínua na ocupação dos cargos eletivos. Essa persistência de sobrenomes nos chamou a atenção, pois percebemos a apropriação desses espaços de poder por representantes de grupos de elite. Tal herança se destaca quando analisamos a composição da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), posto que durante muitos anos a taxa de renovação da câmara estadual foi relativamente baixa, havendo poucas mudanças efetivas que escaparam do controle dos membros da elite. Contudo, este não é fator incomum nas Assembleias Legislativas. Tal constatação pode ser observada em outras unidades federativas e até mesmo na Câmara Federal, no entanto, por se tratar de uma das menores Unidades Federativas (UF) do país, o caso paraibano chama a atenção pelo seu alto grau de manutenção dessa tradição.

Em virtude da inviabilidade do tempo para analisar as origens dessa ocupação desde o Império, o estudo delimitou o seu recorte temporal para um período de grande renovação da política paraibana, para o qual esta pesquisa pudesse amparar-se nos mais diversos tipos de fontes. Por esse motivo, o recorte temporal englobou a Constituinte Paraibana de 1947¹. Tal legislatura aconteceu após o período ditatorial do Estado Novo² (1937-1945), sendo a Paraíba um dos estados mais afetados pelos eventos do Movimento de 1930. Desse período, dois partidos surgiram como os principais motores da política paraibana: a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático (PSD). Esses dois partidos políticos dominaram 35 das 37 cadeiras da primeira legislatura, sendo o restante das cadeiras ocupadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Trabalhista do Brasil (PTB).

Nesse sentido, dois fatores foram essenciais para a escolha da Legislatura de 1947-1950. O primeiro foi o acesso à parte das atas da ALPB desse período histórico, incluindo as atas das primeiras reuniões da legislatura. A disponibilidade desses registros foi o que permitiu à pesquisa trazer elementos novos para a construção histórica desse período. O

¹ A Constituinte de 1947 foi a primeira eleição legislativa do Estado após o período ditatorial do Estado Novo. Nela foi proposta uma nova Constituição Estadual com seus deputados compondo a 1^a Legislatura da ALPB para o mandato de 1947 a 1950.

² Conhecido também como a fase mais repressora da Era Vargas (1930-1945), o golpe do Estado Novo foi resultado do fechamento do regime de Getúlio Vargas estabelecido com um autogolpe do governo com apoio das forças armadas.

segundo fator foi a presença de parentes da 1^a Legislatura na câmara estadual, atualmente na 20^a Legislatura.

Essa constância na ALPB demonstra a adaptabilidade desses grupos em permanecerem relevantes no cenário político. Girando em torno das mesmas famílias e parentelas³, estruturaram-se e renovaram-se formulando constantemente novas formas de conservar o seu Capital Eleitoral. A preservação dessas parentelas estaria vinculada ao desenvolvimento das relações de poder (Bourdieu, 2017) que esses grupos desenvolveram com a máquina pública. Dessa forma, a ocupação desses cargos públicos permanece como uma estratégia dessa elite para manutenção de seu poder e de sua influência política no estado.

Foi pensando nesse fator que a pesquisa histórica foi desenvolvida de modo a evidenciar outros elementos em comum para o domínio dessas elites. Para tanto, o estudo precisou dar um passo atrás para identificar os seus membros e demonstrar as convergências do seu pensamento ideológico. Ainda que tenhamos discutido e aprofundado algumas questões características da política paraibana, buscamos sistematizar os resultados a partir da produção de verbetes históricos sobre os membros que ocuparam a ALPB, adotando assim um formato que serviria de base para estudos mais aprofundados dessa elite. Dessa forma, a pesquisa teve como foco a criação de perfis biopolíticos dos deputados eleitos para a legislatura de 1947, os quais, a partir de elementos presentes em todos os verbetes e na trajetória política e das linhas do pensamento ideológico construído, pudessem apontar as convergências e as divergências dos seus membros.

A Construção dos Verbetes

Quando iniciamos o processo de estudo sobre as elites políticas paraibanas, foi pensado na criação de uma estrutura de identificação desses sujeitos políticos com base no tempo histórico, em que estes estariam associados estritamente à sua trajetória política e ao contexto em que estavam inseridos. Desse modo, na primeira parte do estudo, estabelecemos uma conjectura da sociedade na época em que esses sujeitos atuavam politicamente. A partir desse ponto, foi iniciado o processo de identificação do grupo a ser estudado, estabelecendo

³ As pessoas ligadas ao coronel compreendiam o seu grupo político, sendo realizada união por meio de laços de sangue, matrimoniais e apadrinhamentos, todos os componentes do grupo político detinham alguma ligação com o chefe. por essa razão tal estrutura foi denominada de parentela. Ver: LEWIN, Linda. *A parentela no Império e na República*. Rio de Janeiro: Record, 1993.

assim quais figuras históricas estariam dentro do nosso escopo de pesquisa. Embora essa parte pareça ser simples, uma vez que estamos trabalhando com a Legislatura Paraibana de 1947, o que bastaria ser apenas uma consulta dos eleitos para aquela assembleia foi um desafio à medida que a agremiação partidária presenciou uma alta rotatividade de seus membros eleitos, com deputados que faleceram no meio da legislatura ou que saíram para ocupar outros cargos em instituições públicas, tal como o deputado Rui Carneiro⁴, que, em 1947, saiu durante a Constituinte Estadual (1947) para assumir a superintendência da Organização Henrique Lage⁵. No entanto, uma vez estabelecido o parâmetro inicial de trabalhar apenas com os deputados eleitos para essa magistratura, partimos para estabelecer quais questões e pontos centrais seriam considerados relevantes para a construção do modelo de verbetes adotado para tal estudo.

O primeiro passo foi adotar as fontes oficiais para o levantamento eleitoral desses sujeitos através do site do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB), organizando assim os dados da plataforma de forma a vincular os nomes dos eleitos com suas alcunhas adotadas nas urnas, além de estabelecer a vinculação partidária desses indivíduos. Por fim, os dados disponibilizados pelo TRE foram essenciais para mapear os redutos eleitorais de cada um dos deputados eleitos para a Assembleia Legislativa. Tal fator seria essencial para observar a área de atuação política dos seus membros e delimitar como sua atuação na Câmara Estadual estava vinculada com o controle do seu poder local. Destarte, apoiamo-nos nos estudos de Bourdieu para compreender como os mais diferentes tipos de capitais, Capital Econômico, Capital Social e Capital Simbólico (Bourdieu, 2017), estavam relacionados com as práticas parlamentares desses sujeitos. Nesse sentido, uma das propostas desta pesquisa era encontrar formas de como, através da ocupação desses espaços de poder, as elites conseguem reforçar o domínio eleitoral de suas localidades, cujo domínio da fidelidade dos votos em seus repetíveis redutos garantiria a reeleição dos membros do mesmo grupo de forma quase indefinida.

Com a identificação do objeto de estudo definida, o próximo passo foi estabelecer modelos de referência para a criação da estrutura do verbete. Primeiramente, foi observado o modelo de verbetes mais famoso do mundo, a Wikipédia, embora a utilização desse site

⁴ Nascido em Pombal-PB, foi diretor de Jornal e político, atuando como chefe do Gabinete de Viação e Obras Públicas de José Américo de Almeida e Interventor na Paraíba durante os anos de 1940 até 1945, foi eleito deputado constituinte em 1947 e senador durante os anos de 1951 a 1977.

⁵ Criada pelo industrial Henrique Lage, a organização empreendia negócios nas áreas de estaleiros, bancos, empresas de mineração e de navegação.

possua relutância para os professores de maneira geral, principalmente por sua fácil edição. A estrutura de verbetes da Wikipédia demonstrou ser bem eficiente de forma fácil e padronizada para a gerência de compilado informacional, o que permitiria um modelo que pode ser identificável em todos os verbetes produzidos. Tal questão tornou-se essencial para a criação da estrutura verbetuária, uma vez que a proposta buscou estabelecer pontos essenciais da vida de cada um dos sujeitos. Essa metodologia estabeleceu pontos em comum essenciais em cada um dos verbetes para posteriormente analisar como as posições ideológicas e a atuação política de cada um dos parlamentares seriam definidas. Um segundo modelo de verbetes adotado foi o definido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). As biografias que constam no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB) possuem uma estrutura muito bem elaborada e profissional, de um trabalho rigoroso da Fundação Getúlio Vargas. No entanto, embora essas biografias foquem na compilação de dados concretos dos seus biografados, sua estrutura desenvolve mais a visão política desses sujeitos históricos, anulando assim parte do aspecto humano que rege a atuação política desses deputados. Nessa perspectiva, a estrutura dos verbetes criada pelo projeto precisou ser organizada de forma a complementar a política com o lado humano dos seus biografados, ainda que a estrutura do DHBB tenha prevalecido.

Por essas razões, um dos passos centrais para o desenvolvimento dos verbetes bio-históricos foi “escutar” o nosso objeto de pesquisa e as pessoas que conviveram com ele. Trabalhamos com fontes documentais e impressas, compilando os discursos nas atas da ALPB e as entrevistas publicadas nos mais diversos jornais como *O Norte*⁶ e *A União*⁷. Tais fontes foram essenciais para compreender como essas figuras articulavam seu pensamento ideológico e como a partir dele atuavam politicamente. Foi a partir de tal ação que as análises desses deputados apontaram elementos em comum da formação e do pensamento dessas personalidades, com semelhanças muito próximas, ainda que em espaços geográficos diferentes e independentemente de partidos, uma vez que as análises apontaram convergência no pensamento de integrantes da UDN, PSD e PCB. De outro modo e ainda de maneira complementar, quando possível, entrevistamos pessoas próximas aos deputados dessa legislatura, ficando evidenciada uma análise emocional da relação do nosso entrevistado com o nosso objeto de estudo.

⁶ Criado em 1908, o Jornal *O Norte* foi adquirido por Assis Chateaubriand. Em 1954, tornou-se parte dos Diários Associados, o maior conglomerado jornalístico do Brasil. O jornal saiu de circulação em 2012.

⁷ Criado em 1893, o Jornal *A União* foi o principal instrumento de divulgação do governo estadual, de propriedade estatal. O impresso continua circulando de forma física na atualidade.

Por fim, foi construída uma estrutura para os verbetes de forma que atendesse as necessidades desta pesquisa. Esse formato visou atender as necessidades da produção do material, de modo que atendesse às diversas questões nas quais a pesquisa prosopográfica formulou para que houvesse viabilidade e organicidade. Para tanto, a produção biográfica configurou uma estrutura que pudesse adaptar-se às diferentes origens e trajetórias desses sujeitos, mas que pudesse permitir apontar as convergências e/ou divergências dos mesmos. Tal formato não apenas permitiu a existência de uma padronização entre os verbetes, como também preservou as particularidades de cada um desses indivíduos. Por essa razão, a estrutura dos verbetes elaborou pontos iniciais para o começo da escrita de cada um deles. Tais pontos foram:

- Nomenclatura, a entrada de cada um dos indivíduos dos verbetes históricos-biográficos é composta pelo último sobrenome, de forma consagrada inteiramente em maiúsculo e nome da personalidade em destaque, exemplo: COUTINHO, Flávio Ribeiro. Esse padrão segue a norma do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (2001). Quando a personalidade ganha o domínio público através de seu prenome e primeiro sobrenome, exemplo: PESSOA, João, o último sobrenome compreende entradas remissivas;
- Data e Local de Nascimento e Morte, essa identificação possibilita a identificação do indivíduo no espaço e no tempo, apontando os vínculos locais e temporais que a personalidade possui, estabelecendo assim a influência do meio na formação da personalidade;
- Identificação dos pais, caracterizando seus nomes e profissões, esse método constitui mais um elemento de identificação das origens do indivíduo ao estabelecer a influência da família e dos pais da personalidade para a comunidade onde ele se insere. Dessa análise, podemos extrair a rede de relações entre a família do indivíduo e os demais membros da parentela, além de destacar o papel exercido por ele dentro do grupo familiar;
- Identificação do Cônjugue, estabelecendo a nomenclatura e a profissão seguida pelo ano de casamento e alguma outra informação adicional, como ano de falecimento ou divórcio, terminando com o número e nome dos filhos do casal. Alinhada a um dos pontos principais do verbete, que é de traçar a perpetuação dos grupos políticos na Paraíba, essa estrutura buscou pontuar a origem da personalidade e de seu cônjuge, o

que permite identificar como as relações matrimoniais praticadas pelas elites das paraibanas caracterizam uma prática endógena⁸, necessária para a manutenção dos grupos familiares no tocante à política local, constituindo assim um dos núcleos da perpetuação desses grupos políticos, ex.: Nilda Gondim⁹ e Antônio Vital do Rego¹⁰.

- Carreira Acadêmica, esse ponto buscou determinar a trajetória de estudos do indivíduo, destacando a sua participação estudantil e pontuando o círculo de amizades dentro das instituições de ensino que continuam durante a vida da personalidade, ex.: José Fernandes de Lima¹¹ foi companheiro de turma de seu irmão Manuel Fernandes de Lima¹², Pedro Gondim e José Jofilly Bezerra de Melo¹³, posteriormente todos encaminharam-se para a mesma instituição partidária: o PSD da Paraíba;
- Carreira Profissional, buscou traçar as origens econômicas dos indivíduos e assim recordar e observar a atuação dessas personalidades quando se utilizam do poder político para defender os seus próprios interesses financeiros enquanto possuidores de cargos oficiais no Estado, ex.: Pedro Gondim foi um deputado que endossou a pauta ruralista e a defesa dos pecuaristas, ganhando a alcunha de “deputado ruralista” e cargos em federações e associações rurais, como a vice-presidência da Federação das Associações Rurais do Estado da Paraíba (FAREPA). Quando foi possível, essas informações foram extraídas de fontes diversas, mas sem que fossem muito extensas, como vemos no exemplo abaixo:

Com a palavra o Sr. Pedro Gondim comunica à casa que [...] já foi aprovado, na Câmara em terceira discussão, o projeto nº 265, referente à moratória dos pecuaristas. Sendo assunto de máxima importância e que precisa de maior divulgação.” Deputado Pedro Gondim durante sessão legislativa da ALPB, no dia 20/06/1947.

⁸A prática endógena nas relações de poder constitui a união matrimonial de membros de um mesmo grupo político. Tais união incluíam relações de parentesco consanguíneo entre tios e tias ou sobrinhos e sobrinhas. Dessa forma, a manutenção do poder econômico e poder simbólico continuava no controle do grupo.

⁹ Filha de Pedro Gondim, Ozanilda Gondim Vital do Rego foi deputada federal durante os anos de 2011-2015 e senadora entre os anos de 2021-2023.

¹⁰ Vital do Rego foi um advogado que ocupou os cargos públicos de deputado estadual entre os anos de 1959-1963, deputado federal durante os períodos de 1963-1969 (Mandato Cassado pela Ditadura Militar) e 1991-1995.

¹¹ Nascido em Mamanguape-PB, foi um advogado e industrial que ocupou os cargos eletivos de Prefeito da cidade entre 1940 e 1947, deputado estadual entre 1951 e 1991 e governador entre os anos de 1960 e 1961.

¹² Nascido em Mamanguape-PB, foi um advogado e industrial que ocupou o cargo de Prefeito de Mamanguape entre os anos de 1959 e 1963 e 1969 e 1973.

¹³ Nascido em Pocinhos-PB, foi um empresário e político que ocupou o cargo de deputado federal entre os anos de 1946 e 1963.

- Ingresso na Vida Política, esse ponto do verbete evidenciou a forma que tais personalidades adentraram na vida política, destacando-se a modelagem de uma carreira política como maneira de ascensão social e econômica (Leopoldi, 1973);
- Trajetória Política, o último ponto de destaque dos verbetes foi identificar a carreira política desses personagens, apontando os partidos e os grupos políticos que marcam a história da personalidade. Isso posto, podemos estudar a movimentação política dessas figuras nos espaços públicos de poder, como a Assembleia Legislativa da Paraíba, assim como nas esferas privadas dentro dos partidos políticos. Tal perspectiva permitiu observar as relações de aproximação e afastamento desses indivíduos e de seus grupos políticos por ocasiões de conveniência, ex.: a aliança entre o Grupo da Várzea¹⁴ e Pedro Gondim durante o racha do PSD em 1960 e seu relativo afastamento durante o período das Ligas Camponesas¹⁵. Além disso, o verbete procurou apontar a participação política da personalidade durante a sua vida política, identificando assim os cargos políticos ocupados, como observada anteriormente a relação entre Pedro Gondim e a vice-presidência da Farepa.

O Trabalho com as Fontes Históricas

Ao iniciarmos o desenvolvimento da pesquisa, discutimos sobre a caracterização das fontes históricas e os tipos adequados para o modelo verbetal trabalhado, dessa forma, a pesquisa foi iniciada com a definição do que seria uma fonte histórica e com seus modelos de categorização. Nessa perspectiva, recorremos a José Assunção D' Barros para definir Fonte Histórica:

é tudo aquilo que, por ter sido produzido pelos seres humanos ou trazer vestígios de suas ações e interferência, que pode nos proporcionar um acesso significativo à compreensão do passado humano e de seus desdobramentos no presente. As fontes históricas são as marcas da história. Quando um indivíduo escreve um texto, ou retorce um galho de árvore de modo a que este sirva de sinalização aos caminhantes certas trilhas; quando um povo constrói seus instrumentos e utensílios, mas também nos momentos em que modifica a paisagem e o meio ambiente à sua volta – em todos estes momentos, e em muitos outros, os homens e mulheres deixam vestígios,

¹⁴ Resultado da união política entre as famílias Ribeiro Coutinho e Velloso Borges, o grupo da Várzeas constitui um dos mais poderosos grupos políticos do Estado, estando atuante até a atualidade elegendo deputados e senadores.

¹⁵ As Ligas Camponesas surgiram como uma organização de trabalhadores rurais para combater os excessos abusivos praticados pelos proprietários rurais; na Paraíba, a Liga Camponesa de Sapé surgiu no final da década de 1950 e representou uma ameaça aos interesses das elites latifundiárias.

resíduos ou registros de suas ações no mundo social e natural (Barros, 2019, p. 15).

Nesse sentido, concluída a definição do que é uma fonte histórica, o próximo passo foi procurar modelos de categorização que fossem adequados para a construção da estrutura verbetal. Para tanto, foi estabelecido o critério de fontes históricas abordado pela pesquisadora Carla Pisky, adotando assim um tipo de categorização focado no sistema de publicação destas, separando-as em: Fontes Impressas, Fontes Documentais, Fontes Orais, Fontes Audiovisuais e Fontes Biográficas. Embora o livro da pesquisadora ainda apresente um sexto tipo de fonte, as Fontes Arqueológicas, dado o escopo da pesquisa prosopográfica, tal tipo de fonte foi descartado por não possuir um grau significativo de relevância para o intuito da pesquisa.

No entanto, tal categorização das fontes demonstrou-se insuficiente para o atendimento das necessidades da pesquisa, uma vez que, ao longo do desenvolvimento dos verbetes, foi destacado que as fontes arroladas para a pesquisa apresentavam um caráter singular de separação entre as de autoria do próprio objeto de estudo e as de relatos de terceiros. Por se tratar de um estudo biográfico de membros de uma Elite¹⁶, uma parte considerável das fontes históricas consiste em relatos produzidos pelos próprios objetos de estudo, seja na forma de entrevistas, discursos, seja na de cartas e fotos. Por outro lado, as fontes históricas pesquisadas valeram-se também de relatos de outros que conviveram com o mesmo, ou seja, as informações também foram moduladas a partir de companheiros do mesmo grupo em relatos e narrativas constantes em biografias e debates.

Essa perspectiva, a nosso ver, amplifica ainda o escopo informacional do nosso objeto e, ao mesmo tempo, restringiu o círculo social dos membros da elite paraibana e como grande parte dos membros que a compuseram possuíam uma convergência entre si. Essa situação nos fez observar a problemática da dispersividade informacional dessas fontes históricas, posto que a trajetória dos membros dessa classe política apresenta diversos pontos de convergência entre si, de modo que não surpreende que uma informação sobre um sujeito do grupo de estudo apareça na biografia de outro. Tal fato aconteceu durante a pesquisa do Álvaro Gaudêncio de Queiroz (UDN), em que a informação de suas movimentações partidárias foi encontrada “jogada” no meio da bibliografia do João Fernandes de Lima¹⁷ (PSD), dito isso, podemos observar como a vida destes sujeitos estão interligadas, pois uma vez que

¹⁶ Ver: BOURDIEU, Pierre. *Elite*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

¹⁷ Nascido em Mamanguape-PB, foi um advogado e empresário que ocupou os cargos de deputado estadual entre 1947 e 1950, governador entre os anos de 1951 e 1954 e deputado federal nos anos de 1964 até 1967.

começamos a biografar um destes deputados, a sua convivência com seus pares permite captar informações que não estavam presentes na bibliografia de outro. Essa transversalidade das informações oferece a oportunidade para a produção dos verbetes analisar os pontos de encontro dessa classe dominante, buscando assim mapear os espaços de socialização dos membros dessa elite.

Essa dupla categorização da pesquisa historiográfica desempenhou um papel central na criação da estrutura dos verbetes, com o intuito de expandir o foco da pesquisa para além dos estudos prosopográficos tradicionais do estudo político, utilizando-se de elementos que trouxessem elementos da vida privada do seu objeto de estudo, de forma a pontuar elementos acerca de como esta influenciava a vida política do sujeito biografado.

O escopo documental que trabalhamos esteve constituído pela análise preliminar dos *documentos oficiais da Assembleia Legislativa da Paraíba*. O acesso a esses documentos oficiais foi um dos pontos altos da pesquisa para a construção da estrutura dos verbetes. Entretanto, trabalhar com esse tipo de fonte revelou-se um desafio único, tendo em vista que esses documentos oficiais representam um tipo de documentação técnica e, em sua maioria, maçante, o que gerou um certo afastamento desses arquivos por sua tendência a ser algo enfadonho e repetitivo. Outro fator desanimador de trabalhar com esses registros deveu-se ao fato de que dificilmente o pesquisador encontrará os documentos na sua totalidade, de modo que a perda informacional devido à falta de conservação ou o desaparecimento de alguns livros de atas criou lacunas de tempo. No caso da ALPB, ao trabalhar apenas a 1ª Legislatura (1947-1950), o somatório de *atas* encontradas dentro desses três anos de atividade corresponde a um período de menos de um ano em intervalos de tempo irregulares. Entretanto, mesmo nessa documentação fragmentada, o material disponível revelou uma riqueza de informações essencial para o funcionamento da ALPB durante os seus anos iniciais.

Nessa documentação, é possível analisar o surgimento da estrutura do legislativo paraibano e do decoro parlamentar exigido na assembleia, embora tal fator pareça ser algo que cause um desconforto à primeira vista, na medida em que trabalhamos com esses arquivos aperfeiçoamos a leitura desses documentos, apuramos a compreensão da linguagem parlamentar. Normalmente falada com o intuito de passar uma erudição, a postura dentro das assembleias desenvolveu-se de forma a não quebrar o decoro parlamentar, desse modo, palavras e expressões assumiram uma conotação singular nesses espaços, em que expressões

como “Eu conheço Vossa Excelência de muito anos...” adquirem um significado pejorativo ao referente.

Por outro lado, a leitura e interpretação desses documentos permitiram compreender a correlação de poder entre os diferentes partidos que compuseram a assembleia legislativa no contexto recortado por esta pesquisa. Se no seu ano inaugural a ALPB contava com quatro partidos: UDN, PSD, PTB e PCB, a relação entre os membros de cada uma das bancadas demonstra a existência de um caráter mais personalista do que ideológico dos deputados. Tal demonstração pode ser observada na defesa do mandato do deputado comunista João Santa Cruz¹⁸, cassado no final do ano de 1947 junto com a declaração de ilegalidade do PCB, o deputado paraibano recebeu apoio de alguns dos seus pares, como Flávio Ribeiro Coutinho¹⁹, Pedro Gondim e Antônio Pereira de Almeida²⁰, respectivamente membros da UDN, PSD e PDT. Para além das atas da assembleia legislativa, uma segunda fonte de documentação utilizada foram as notas partidárias, compostas por decisões e posicionamentos adotados pelos partidos políticos e publicados nos anais ou na imprensa, cujos registros apresentam uma riqueza documental sobre o funcionamento interno das instituições partidárias. Essa documentação permite analisar o funcionamento dos partidos, fornecendo assim dados sobre a sua estrutura partidária e sua máquina eleitoral. Além disso, o conteúdo presente nesses arquivos possibilita observar as manobras políticas dos seus afiliados, compreendendo assim como o jogo político se desenvolvia nessas instituições.

Os jornais foram outro tipo de fonte utilizados largamente para a construção dos verbetes. Entrevistas, fotos, colunas e matérias sobre os deputados estaduais eleitos para a ALPB nos permitiram ampliar a inserção social dos deputados estaduais e também auferir a constituição do capital político de alguns dos sujeitos pesquisados. Contudo, estivemos atentos aos discursos e aos objetivos das matérias publicadas, seja como câmera de eco para os seus depoentes, seja como opositores da ação de alguns deputados.

Dessa forma, quando analisamos um jornal como O Norte, de propriedade do pessedista Assis Chateaubriand²¹, pudemos auferir que posições ideológicas e qual linha

¹⁸ Nascido em Monteiro-PB, foi um advogado e deputado da constituinte em 1947, sendo cassado nesse mesmo ano.

¹⁹ Nascido em Itabaiana-PB, foi um médico e empresário que ocupou os cargos de deputado estadual na primeira e segunda república, além do cargo de governador nos anos de 1955 até 1958.

²⁰ Nascido em Campina Grande-PB, foi um médico e empresário paraibano, ocupando os cargos de prefeito entre os anos de 1932 e 1939 e de deputado da Constituinte de 1947.

²¹ Nascido em Umbuzeiro-PB, foi um jornalista, advogado e empresário de grande sucesso no meio midiático, fundou o conglomerado Diários Associados, o maior grupo de mídia da América Latina, ocupou o cargo eletivo de senador pela Paraíba nos anos de 1952 a 1955 e pelo Maranhão entre os anos de 1955 e 1957.

editorial o impresso havia tomado, e como ele tentou influenciar a realidade passando uma perspectiva triunfalista do PSD. Outro exemplo claro dessa interpretação encontra-se presente nas entrevistas publicadas pelo periódico, em que geralmente esteve embasada na perspectiva do que o entrevistado relatou e no que o entrevistador conseguiu extrair; para além disso, observamos como o jornal transcreveu a entrevista do depoente e em que contexto ela foi inserida em suas folhas, seja acompanhado de uma escrita difamatória ou enaltecedora, seja como matéria de capa ou relegada à terceira ou quarta página, destarte, a relação estabelecida com a imprensa demonstrou um aspecto fundamental: o da imagem pública que os deputados da ALPB desejavam construir e, em outros casos, a “Demonização” imagética de organização ou indivíduos que fossem contrários à ordem estabelecida, nesse sentido, os jornais visavam criar uma imagem negativa, de fácil aceitação popular sobre seus opositores, como associações de indivíduos ao Comunismo e às Ligas Camponesas.

A tradicional coluna política desses periódicos nos trouxe importantes elementos que contribuíram para moldar alguns dos políticos estudados, no entanto, a “verdadeira mina de ouro” esteve nas colunas de fofoca. Às vezes retratadas como Cotidiano ou Sociedade, as colunas de fofoca representavam um registro inusitado da rede de relacionamentos da elite e da sociedade, fossem em fotos de aniversário, fossem em bailes de debutantes, os relatos deixados e a exposição dos deputados nos permitiram mapear os contatos próximos que esses indivíduos possuíam. Por fim, embora pareçam ser uma fonte que retrata uma perspectiva embasada do ocorrido, tais opiniões, quando filtradas e analisadas de forma crítica, possibilitam perceber como o nosso objeto de estudo era retratado para a sociedade.

As biografias se constituíram, por sua vez, como outra fonte importante para a realização do trabalho prosopográfico que desenvolvemos, em que tal coletânea de informações previamente disponibilizadas para o pesquisador instigou-nos a um desafio único quanto à análise da autoria de seus produtores. Em grande parte produzidas para serem uma lembrança da vida desses sujeitos históricos, essas análises estavam apresentadas de maneira muito laudatória e com larga influência do biografado na vida do biógrafo. Na maioria das vezes, essa ingerência ocorreu pela convivência do autor com seu o biografado, destarte, a relação estabelecida interferiu na escrita e na forma como foi retratada a personalidade, de modo positivo ou negativo, como o caso da biografia Nomes do Século N° 7: Flávio Ribeiro Coutinho, escrita pelo historiador Marcus Odilon Ribeiro Coutinho²².

²² Nascido em Santa Rita-PB, foi um historiador e advogado que atuou politicamente nos cargos de Prefeito de Juarez Távora por duas vezes, de Santa Rita por quatro vezes e de deputado estadual entre 1982 e 1986.

Tais registros biográficos, apesar de conterem um intenso registro de informações pessoais sobre o sujeito, tornaram-se poluídos pela ótica do biógrafo, criando passagens como “Antes, Pedro Gondim era quase um deus na Paraíba [...] a Paraíba não teve forças para salvar Pedro Gondim nem coragem para defendê-lo depois de cassado!... Quando o Deus caiu em desgraça, foi abandonado” (retirado do livro *Paraíba Nomes da Nossa História-Pedro Gondim*). O livro foi escrito por Hélio Zenaide, jornalista e amigo de confiança de biografado, chamado para ser secretário de comunicação do governo Pedro Gondim (1958-1966). A intenção do autor foi criar uma imagem gloriosa e até mesmo messiânica do biografado. Por essas razões que, ao trabalharmos esses registros biográficos, fizemos uma pequena análise de seus autores, questionando sempre o porquê de escolher tais fatos para relatar e o porquê de outros terem ficado de fora da análise biográfica. Essa análise nos permitiu escapar da visão enaltecedora ou difamatória que alguns autores desejaram passar sobre o biografado, assim fizemos um exercício constante de filtragem informacional e dos aspectos da biografia que servissem de interesse para o estudo realizado.

As fontes orais compreendem todo o relato oral registrado em depoimentos e entrevistas. Esses relatos podem ser produzidos pelo próprio sujeito histórico ou por pessoas que conviveram com ele. Contudo, ao trabalhar com esse tipo de fonte, o historiador precisa compreender que as fontes orais estão associadas às memórias e às interpretações do depoente, sendo profundamente afetadas pela ação do tempo, compondo a perspectiva presente do entrevistado acerca dos acontecimentos. Dessa forma, ao trabalhar com as fontes orais, o pesquisador deve estar ciente acerca de como esses elementos influenciam o relato registrado, por essa razão, ao colher diversos depoimentos de diferentes pessoas, essas fontes podem apresentar discrepâncias.

Ao longo da pesquisa, realizamos uma entrevista com Manoel Álvaro Gaudêncio²³, membro da parentela Gaudêncio da cidade de São João do Cariri-PB, a família do entrevistado teve diversos conflitos com a família Brito, primos dos Gaudêncio e principal grupo opositor na região de São João do Cariri. Os embates entre as famílias registraram diversos episódios de violência armada e assassinato entre os membros das duas famílias, no entanto, quando questionado sobre a violência política na região, Manoel Gaudêncio colocou a sua família como uma vítima das circunstâncias políticas de sua época. Por outro lado, quando analisamos o registro de depoimentos colhidos das camadas mais populares da cidade,

²³ Nascido em Campina Grande, é um médico e empresário paraibano que ocupou o cargo de deputado estadual entre os anos de 1970 e 1990. Manoel Álvaro Gaudêncio cedeu uma entrevista para esta pesquisa no dia 11 de setembro de 2024.

esses relatos acusam a violência política em São João do Cariri-PB como sendo de autoria das duas famílias, tendo como vítimas não apenas seus opositores, mas também a própria população, refém dessa disputa (Moreira, 2012). Por seu turno, as divergências que emergiram dos relatos nos possibilitaram uma riqueza de detalhes que permitiram esclarecer algumas lacunas a respeito de alguns deputados estaduais.

Nesse sentido, quando trabalhamos com fontes orais e situamos como objeto as “Elites”, a entrevista acaba por abordar menos sobre o que de fato ocorreu no passado, e mais sobre as impressões deixadas ao entrevistado acerca do personagem do qual se interpela. Foi possível perceber isso durante a entrevista com Manoel Álvaro Gaudêncio, quando este relatou toda a perseguição política e física que sua família passou durante o Movimento de 1930²⁴ e nos seus anos posteriores, no entanto, falou com orgulho do período que serviu como deputado estadual durante a Ditadura Militar²⁵ (1964-1985), além de expressar uma alegria ao apresentar seu acervo fotográfico com fotos com todos os presidentes militares e reforçar as impressões sobre os momentos em que esteve na política.

A partir da exposição acima, que considerou o nosso percurso e trabalho com as fontes utilizadas nesta pesquisa, operamos a seguinte subdivisão para tratar de forma mais objetiva o conjunto das informações coletadas:

- **Fontes Próprias:** constituiu-se do conjunto de informações produzidas diretamente pelo sujeito objeto do verbete: as falas, as opiniões e os discursos dos deputados constantes em cartas, entrevistas, diários ou qualquer outra fonte de registro do seu pensamento. Tais registros foram fundamentais porque nos permitiram interpretar as posições tomadas dos nossos sujeitos com base na sua própria projeção, na sua perspectiva;
- **Fontes Relatadas:** referem-se aos registros deixados a respeito dos nossos sujeitos, objetos de estudo: em sua maioria, são relatos de pessoas que conviveram com essas figuras e deixaram anotações acerca de como eram as suas relações com o nosso sujeito. Esse panorama foi essencial para compreender como as decisões desses personagens influenciaram e afetaram a vida de terceiros, trazendo assim uma nova faceta sobre como membros da sociedade viam o indivíduo pesquisado.

²⁴ Denominado também como Revolução de 1930, foi um golpe comandado por Getúlio Vargas que derrubou a Primeira República e instaurou um governo provisório.

²⁵ O período militar foi iniciado por um golpe que pôs fim ao segundo período republicano. Protagonizada pelos militares, a ditadura instaurada foi marcada pela perseguição política e eliminação de seus opositores.

Ao analisarmos as fontes próprias, trabalhamos diretamente com o sujeito histórico. No entanto, esses registros foram estudados de forma relacionada com o local e com o contexto em que estavam inseridos, por exemplo, um discurso na tribuna de um parlamentar difere totalmente de um registro em um diário privado. Ainda no quesito dos discursos públicos, podemos observar diferenças entre um discurso de campanha e um discurso na ALPB. Se diante dos eleitores se exigiu uma demonstração de força e energia, na tribuna o tom foi de serenidade e respeito, imposto pelo decoro parlamentar; o tom e a fala nesse local precisaram demonstrar senso de responsabilidade e dever com o cargo público.

Na contramão desses relatos calculados, temos algumas fontes próprias registradas em cartas e diários, que nos trouxeram informações riquíssimas. Durante a pesquisa para a construção dos verbetes, tivemos acesso a trechos do diário do Odon Bezerra Cavalcanti, no qual, entre outras informações, encontrava-se o relato do Assalto ao 22º Batalhão dos Caçadores da Paraíba²⁶. Nas páginas do seu diário, Odon Bezerra narra o clima entre seus colegas revolucionários e como os eventos se desenrolaram. Nesses registros, observamos o Odon Bezerra sem as “amarras” do cargo e/ou da sua imagem pública, em cujos relatos estão os pensamentos intrusivos da personalidade e os eventos que marcaram sua trajetória.

Acerca das fontes relatadas, destacamos as biografias escritas por familiares e conhecidos próximos do objeto de estudo, por exemplo, os casos de Pedro Gondim e de Flávio Ribeiro Coutinho, biografias que tendem a trazer uma imagem idealizada da figura histórica. Contudo, apresentam uma riqueza interpretativa e rica em detalhes, principalmente nos “atos falhos” que essas obras possuem.

Esses deslizes aparecem nos livros como algo normal e banal para os seus organizadores e escritores, no entanto, à medida que estabelecemos um olhar atento, conseguimos perceber tais atos não apenas como práticas comuns, mas, até certo ponto, contraditórias à lógica narrativa proposta pelos autores. Um desses deslizes mais gritantes durante a pesquisa ocorreu com o deputado udenista João Guimarães Jurema²⁷, cuja biografia foi encomendada pela família em homenagem ao centenário do parlamentar. A narrativa

²⁶ O assalto ao 22º Batalhão foi o evento decisivo da vitória revolucionária de 1930 na Paraíba, liderados por Agildo Barata Ribeiro, membros da Aliança Liberal, derrotados eleitoralmente nesse mesmo ano, invadiram o 22º Batalhão dos Caçadores da Paraíba no dia 4 de outubro de 1930, tomando o local. Os revolucionários consolidaram a vitória da revolução no Estado e prepararam as bases para o triunfo do Movimento de 30.

²⁷ Nascido em Cajazeiras-PB, foi um advogado e professor que ocupou os cargos públicos de Deputado da Constituinte de 1947 e de Procurador-Geral da República na Paraíba entre 1954 e 1982.

construída coloca o homem “João Jurema” como uma pessoa íntegra e de alta seriedade para com os cargos públicos que ocupou, buscando apresentá-lo como um homem que separava o trabalho de sua vida privada. No entanto, a mesma narrativa apresentou passagens como “Foi Secretário da fazenda, no governo José Américo de Almeida, e, por questão de confiança pessoal, convidou meu saudoso pai, João Cyrillo para ocupar, como de fato ocupou, o cargo de Diretor do Tesouro Estadual”. Passagem escrita por Yanko Cyrillo, genro do deputado (ELAINE, ARAÚJO, 2013). Esse registro, embora pareça algo de orgulho para a família, descreve o nepotismo.

A Produção dos Verbetes

Quando começamos o processo de produção dos verbetes, pensamos que, quanto mais escrevêssemos, mais a metodologia seria aperfeiçoada e a escrita ficaria mais fluida, com o cuidado de preservar a estrutura original desenvolvida para que pudéssemos construir um padrão comum a todos os verbetes, o que de fato ocorreu.

Desta feita, podemos perceber as diferenças entre os verbetes de Odon Bezerra Cavalcanti (**Anexo I**), o segundo verbete produzido por este estudo, e o de Pedro Augusto de Almeida (**Anexo II**), o décimo-quinto elaborado. Esses dois verbetes foram selecionados por proximidades: primeiro, os dois são originários da região de Bananeiras-PB, o que converge para evidenciar as características quanto ao local de origem e área de atuação política; segundo, os dois foram eleitos pelo PSD, indicando a afinidade partidária e ideológica; terceiro, ambos estudaram no Colégio Lyceu Parahybano; e, por fim, os dois parlamentares faleceram durante o mandato exercido entre 1947-1950. O desafio deveu-se à localização das fontes com informações, pois o que se tem são fontes documentais e impressas escassas, ou produzidas em um intervalo de tempo bem posterior ao falecimento desses indivíduos.

Nos dois verbetes (Anexo I e Anexo II), percebemos de forma marcante os elementos da estrutura desenvolvida pela pesquisa: o leitor pode observar e separar essas características facilmente. No Anexo I, nota-se a escrita verbetal um pouco mais truncada e o modelo ainda estava por ser otimizado. Já no Anexo II, percebemos uma melhoria, uma estrutura contínua, mas as transições entre os seus elementos ocorrem de forma mais fluida e mais linear. O aperfeiçoamento da estrutura dos verbetes e da escrita narrativa foi essencial para a progressão dos objetivos da pesquisa, uma vez que o engessamento desenvolvido acabou por excluir a análise desses sujeitos para além do seu lado político. A rigidez adotada inicialmente fez uma cobertura política completa do objeto de estudo, ao mesmo tempo que trouxe

elementos da vida privada do indivíduo como algo complementar às análises. Nesse sentido, entendemos como um equívoco, pois o lado humano desses sujeitos transborda para além da sua prática política.

Quando comparamos os elementos nos dois verbetes, observamos que o desejo combativo apareceu como uma simples curiosidade no verbete do Odon Bezerra Cavalcanti, não reverberando para o seu posicionamento parlamentar. Por outro lado, os verbetes produzidos a posteriori focaram em um caminho que buscou ampliar a trajetória individual do indivíduo e seus pensamentos particulares em convergência com sua atuação com parlamentar. No caso do Pedro Augusto de Almeida, dois desses fatores aparecem primeiro, quando exploramos o elemento religioso como um dos precursores de sua prática política, demonstrando como sua fé católica e seu proselitismo rural determinavam parte de sua atuação como parlamentar. Um outro fator abordado foram as questões profissionais e como sua prática na magistratura foi mesclada com a política.

Colocando essas características em evidência, estendemos a análise desses sujeitos históricos para além das questões simples como “Quem foi essa figura pública? Qual sua relevância para a Comunidade?”. Tal postura unidimensional é interrompida quando trazemos elementos que adicionam peças ao quebra-cabeça desses indivíduos, com fragmentos adicionais que aumentam a complexidade das análises dessas figuras. Ao mesmo tempo, complementamos o quadro analítico com uma riqueza informacional, que amplia o número de avaliações diversas que podem ser feitas sobre tais sujeitos. Desse jeito, ao quebrarmos a unidimensionalidade desses sujeitos, elencamos características que tornam essas figuras históricas únicas.

Por outro lado, à medida que individualizamos cada vez mais essas figuras, apontamos os pontos de convergência desses personagens para formular suas particularidades. A trajetória de cada um desses deputados apresenta pontos de encontro e permite analisar como esses pontos influenciaram a formação dessa elite. Chama a atenção, por exemplo, o colégio Lyceu Paraibano, espaço de formação educacional de todos os dezesseis verbetes produzidos, evidenciando a valorização desse colégio para a classe abastada paraibana como símbolo de *status*.

Nessa perspectiva, a produção dos verbetes voltou o seu foco para uma abordagem que pudesse trazer elementos que enriquecessem as análises desses sujeitos, do mesmo modo que otimizou e adaptou a estrutura desenvolvida na fase inicial. Dessa forma, um certo grau

de padronização foi mantido de modo que o leitor possa fazer uma leitura dos mais diferentes verbetes e identificá-los como de mesma autoria. Além disso, a estrutura organizacional permitiu apontar os elementos de convergência desses sujeitos nos verbetes a fim de auxiliar pesquisas futuras sobre esses indivíduos.

Considerações Finais

A partir da estruturação do modelo organizacional dos verbetes, ao longo do projeto foi produzido um total de 16 verbetes historiográficos dos deputados da 1ª Legislatura da Assembleia Legislativa da Paraíba. Tal volume de produções permitiu aferir dados informacionais essenciais para compreender o cerne ideológico que dominou a política paraibana nesse contexto. Entre esses pontos, temos os locais de formação acadêmica como convergência ideológica de seus membros, do colégio Lyceu Paraibano a Faculdades de Direito do Recife e/ou Medicina da Bahia como espaços de formação desses sujeitos.

Por outro lado, os verbetes produzidos realçam elementos individuais importantes para cada um desses sujeitos e sugestionam a sua atuação política, com características de cunho religioso, personalístico e financeiro. Essas peculiaridades contribuíram para o desenvolvimento do modelo dos verbetes e permitiram que o processo produtivo fluísse, viabilizando as análises desses pontos de convergência e indicando quais características representaram a individualidade desses sujeitos.

Isso posto, o desenvolvimento da pesquisa biográfica de cada um desses sujeitos demonstrou ser um desafio à parte, uma vez que os espaços ocupados pelos membros dessas elites são convergentes, em que a trajetória de parte dos seus membros está entrelaçada para além do ponto da Legislatura de 1947. A existência desse fator evidenciou como as relações desses sujeitos são construídas desde a infância e são levadas adiante durante a vida, influenciando a sua carreira política e estruturando assim uma rede de contatos nos espaços de poder do estado da Paraíba.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **Fontes Históricas** – introdução aos seus usos historiográficos. Petrópolis: Vozes, 2020.

BATALHA, Claudio H. M. Escrevendo a biografia dos “obscuros e ativos”: A experiência do Dicionário do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro. **Perseu**, São Paulo, n. 3, p. 173-183, 2009.

BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembleia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócias Ulisses Guimarães, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **Elite**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Resultados 1950**. Disponível em: <https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/resultados-1950>. Acesso em: 18 jul. 2024.

CARNEIRO, Renato César. **A BAGACEIRA ELEITORAL** – a história do voto na Paraíba (de 1930 a 1965). João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011.

CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba (1945/1964)**. João Pessoa: Universitária/UFPB/Ideias, 1998.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Carreira política e mobilidade social: o Legislativo como meio de ascensão social. **Revista de Ciência Política**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 83-95, 1973.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia de base familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MOREIRA, Márcio Macêdo. **Entre Britos e Gaudêncios**: cultura política e poder nos cariris velhos da Paraíba (1930-1960). 2012. 223f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

PAULA, Jessica Nayra Sayao. **Atas novecentistas do IHGMB**: edição e proposta de dicionário biográfico. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

PARAÍBA (Estado) **Atas das Sessões da Assembleia Legislativa Nº 01 a 29ª sessão**, de 12 de junho de 1947 a 31 de julho de 1947.

PISNKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, 302p.

Anexo I

CAVALCANTI, Odon Bezerra

(Nascimento: 20 de maio de 1901 em Bananeiras-PB /Falecimento: 12 de agosto de 1949 em João Pessoa-PB)

Filho do proprietário rural Leopoldo Bezerra Cavalcanti e Júlia Gabino Bezerra Cavalcanti, casou-se em 11 de julho de 1928 com a filha de comerciantes, neta de Felinto Elísio de Oliveira Azevedo ex-governador do Rio Grande do Norte, gerando assim três filhos: Marilza Mesquita Bezerra Cavalcanti, Gabriel Bezerra Cavalcanti e Thereza Helena Madruga Bezerra Cavalcanti. Foi Inspetor Federal, militar, advogado e político. Estudou no Colégio Diocesano Pio X e no Liceu Paraibano, ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1919, contemporâneo de Argemiro de Figueiredo, Álvaro Gaudêncio de Queirós, Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo, José Marques da Silva Mariz e José Lins do Rego. Sorteado para o serviço militar em 1922, ingressou no 21º Batalhão de Caçadores antes de se transferir para Distrito Federal; no Rio de Janeiro, serviu na 1ª Cia. de Infantaria, cursou a Escola Militar de Realengo entre 1923 e 1924, o que lhe possibilitou contato com o pensamento do movimento tenentista, antes de ser expulso por suspeita de envolvimento com a conspiração tenentista. Retornou ao Recife no mesmo ano e bacharelou-se em dezembro de 1924. Atuou como advogado na região limítrofe da Paraíba com o Rio Grande do Norte, ingressou na política a convite do Presidente do estado João Suassuna, que o nomeou para ser subprefeito de Bananeiras em março 1928, assumindo a prefeitura no mês seguinte e desde então, a cidade se configurou como reduto eleitoral da família Bezerra Cavalcanti. Entusiasta da Aliança Liberal, Odon Bezerra deixou a prefeitura de Bananeiras em 1929 e se mudou para a Capital, onde montou um escritório de advocacia e foi contratado como advogado pelo Banco da Parahyba.

Na capital, Odon Bezerra aproximou-se dos tenentes militares Juarez Távora, Juraci Magalhães e Agildo Barata Ribeiro, todos influenciados pelo movimento tenentista e apoiadores da Aliança liberal. Com a crise política da oligarquia Epitacista ocorreu um racha entre as forças políticas paraibanas que, graças à postura intransigente do Presidente João Pessoa, colocou o Estado em guerra civil com a Revolta de Princesa. De um lado coronéis do Sertão liderados por José (Zé) Pereira, cujos laços estavam próximos dos grupos oligárquicos tradicionais do sertão do governo central; do outro lado João Pessoa, que relutantemente aderiu à Aliança Liberal (AL). Com eclosão da guerra civil no estado, Odon Bezerra atuou como mensageiro e informante dos aliados. Contudo, com a derrota da AL nas urnas em março de 1930 nas eleições presidenciais, o assassinato de João Pessoa em julho e a intervenção federal que colocou um fim da Revolta de Princesa, Odon Bezerra passou a participar da conspiração da Aliança Liberal contra o governo de Washington Luís. Fez parte da comitiva com outros tenentes e outros colegas de faculdade aliados, que intermediou e organizou as tratativas do Nordeste com o Sul no contexto pré-revolucionário, entrando em contato com Osvaldo Aranha, João Alberto Lins de Barros e outros chefes revolucionários. A

principal missão de Bezerra Calvacanti era recrutar Luís Carlos Prestes, no entanto, tal missão foi abortada após Prestes declarar-se comunista, a partir daí a missão de Odon passou a ser o estabelecimento de comunicações entre os batalhões federais no interior do Nordeste.

Com a eclosão da revolução por causa de um erro de tradução e de data, em 4 de outubro de 1930, Odon foi promovido a capitão e seus companheiros tenentes liderados por Agildo Barata e Antenor Navarro foram os responsáveis pelo assalto e tomada do 22º Batalhão de Caçadores. Uma vitória rápida e decisiva, que, com a morte do General Alberto Lavenère Wanderley, garantiu a ascensão de José Américo de Almeida para a interventoria do estado, posto que ficaria pouco tempo. Odon Bezerra foi nomeado por José Américo para o cargo de secretário de Segurança. Com a vitória da Revolução de 30 e a instalação do governo provisório de Getúlio Vargas, José Américo foi convidado para ser ministro e deixou o cargo de interventor da Paraíba para Antenor Navarro. No governo Navarro, Odon foi beneficiado pela anistia do governo provisório e acumularia com o cargo de Chefe de Polícia, o cargo de Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública em fevereiro de 1931. Com a eclosão da Revolta Constitucionalista em 1932 em São Paulo, Odon Bezerra mais uma vez partiu para a ação, comissionado como tenente-coronel, organizou um batalhão da polícia paraibana contra os insurgentes, ele contou com o apoio da sua esposa Aline Cunha Bezerra Cavalcanti, que foi alistada como enfermeira voluntária. Como forma de agradecimento pelos serviços prestados às forças governistas, o governo federal nomeou Odon Bezerra Cavalcanti como tenente-coronel honorário da Polícia Militar.

O retorno da normalidade democrática e do compromisso de Getúlio Vargas com as eleições, Odon ingressou no Partido Progressista da Paraíba e elegeu-se deputado para a Assembleia Nacional Constituinte e ajudou a elaborar a constituição de 1934. Posteriormente, em outubro de 1934, Odon Bezerra Cavalcanti foi eleito para o cargo de deputado federal para a legislatura do ano seguinte (1935). Atuou como membro das comissões de Legislação Social e de Reforma Ortográfica, teve como companheiros de bancada nomes ligados a antiga AL como: Gratuliano da Costa Brito, José Gomes da Silva e Ruy Carneiro que viriam ser interventores paraibanos, além de outros aliados como Samuel Duarte. No entanto, o mandato de todos foi abreviado em 10 de novembro de 1937, quando todos os órgãos legislativos foram fechados pelo golpe do Estado Novo (1937-1945). Com o fim da ordem democrática, Odon Bezerra voltou para a capital paraibana no início do ano seguinte e reabriu o seu escritório de advocacia e em 1940 se tornou advogado do Banco do Brasil em João Pessoa, função que exerceria até o seu falecimento.

Com o fim do Estado Novo e a reabertura democrática em 1945, Odon Bezerra foi um dos organizadores do Partido Social Democrático (PSD) e um dos apoiadores a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência, com o candidato do PSD vitorioso no final de 1945, Odon foi nomeado interventor federal da Paraíba em fevereiro do ano seguinte. O estado da Paraíba encontrava-se em crise financeira naquele ano e o governo Bezerra Cavalcanti foi o responsável por negociar um empréstimo com a Caixa Econômica Federal para a restauração dos serviços de água e eletricidade, conserto e construção de açudes e prédios públicos, além de créditos agrícolas. A iniciativa foi combatida pela oposição, contando inclusive com o apoio do primo de Odon, Clóvis Bezerra Cavalcanti. No final, Odon Bezerra foi exonerado do

cargo em setembro de 1946, pois precisava se desincompatibilizar do cargo para concorrer a um mandato eletivo para a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), foi eleito para o cargo em janeiro de 1947, Odon Bezerra contou com os votos do reduto da sua família em Bananeiras, além de apoiadores na capital. Assumiu o mandato em março, integrou a comissão responsável por organizar e instrumentalizar o projeto da Carta da Paraíba, pouco tempo depois licenciou-se do cargo para que o suplente João Luís de Luna Freire assumisse, entretanto, em outubro do mesmo ano Osvaldo Pessoa foi eleito para a prefeitura de João Pessoa, efetivando assim Luna Freire e Odon reassumiu sua cadeira no mês seguinte. Passou a ser o líder da bancada do PSD na ALPB e presidente da comissão de Constituição, Legislação e Justiça, com atuação constante na ALPB, a partir de 1949 Odon Bezerra foi acometido de uma grave enfermidade, necessitando licenciar-se do cargo sucessivas vezes até o seu falecimento em agosto.

Referências

PEREIRA, Joacil de Brito. **Odon Bezerra Cavalcanti**: homem de lutas e de letras. João Pessoa: A União, 2001.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Odon Bezerra Cavalcanti. In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em:

<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CAVALCANTI,%20Odon%20Bezerra.pdf> Acesso em: 27 jun. 2024.

Anexo II

ALMEIDA, Pedro Augusto de.

(Nascimento: 03 de setembro de 1894 no Engenho da Várzea em Areia-PB/ Falecimento: 22 de dezembro de 1950 em João Pessoa-PB)

Era filho do proprietário rural e comerciante Rufino Augusto de Almeida e da Dona Adelaide Jocunda da Costa Gondim, filha do coronel Santos da Costa Gondim. Casou-se com Maria da Rocha Eulina, filha do Major e chefe político Antônio Alves da Rocha e bisneta do Barão de Araruna, o casal teve 8 filhos: Lectícia, Maurílio, Marina Rocha, Lúcia, Terezinha, Gastão Carlos, Maria Helena e Marina de Almeida. Foi Professor, Político e Comerciante. Pedro Augusto iniciou os estudos aos seis anos de idade em 1901 e sua primeira escola foi a do profº Frederico Campos, no entanto, permaneceu pouco tempo neste estabelecimento, pois no ano seguinte mudaria para a escola do profº Miguel Gouveia, onde novamente foi transferido. Pedro Augusto foi matriculado ainda em mais três escolas diferentes na região até encontrar o gosto da aprendizagem na escola do profº Horácio Silva, professor aposentado do Liceu Paraibano, sua matrícula foi efetivada nesta escola em 1908. Pedro Augusto terminou o primário com 17 anos. Naquele tempo não existiam escolas para cursar o secundário na região, além do mais, a situação financeira da família não o permitia dar continuidade aos estudos fora da sua cidade. Sem perspectivas de melhora de vida na região, Pedro Augusto ‘deixou pra trás todo o marasmo da fazenda’ e fugiu de casa em 1911.

Em poucos meses chegou à capital, perdeu sua mala e parte dos seus bens durante o trajeto, Pedro Augusto foi acolhido na cidade pela Dona Chiquina Moura. Dona de um colégio, Chiquina Moura permitiu que o jovem se matriculasse e vivesse na escola, onde ele ainda trabalhava como Censor da instituição. Durante este período Pedro de Almeida ainda conseguiu um trabalho como comerciante local. A família encontrou o jovem apenas dois anos depois, quando em 1913 o nome de Pedro Augusto de Almeida apareceu como aluno matriculado no Liceu Paraibano, integrando a primeira turma do curso de Especial em Comércio. Durante seu tempo na instituição Pedro de Almeida organizou com outros estudantes, em uma tentativa de pouco sucesso o lançamento uma revista da escola, intitulada “LYCEUM”, que durou três meses em 1913, nesta revista Pedro Augusto produziu dois artigos. Finalizou os estudos em 1916.

Neste mesmo ano foi nomeado para trabalhar no fisco da cidade de Areia. Ficou apenas um ano, pois pediu transferência para Bananeiras-PB no ano seguinte onde, além de trabalhar como fiscal passou a exercer a magistratura na região. Em 1918 Pedro Augusto e outros professores da região descobriram a situação de abandono em que o Instituto Bananeirense se encontrava, com falta de verbas e sem docentes para as aulas, o colégio de referência no brejo estava esvaziado. O grupo se organizou politicamente e conseguiu o controle da Instituição e levantou verba para a sua reestruturação, dessa forma, o Instituto Bananeirense foi reaberto em 1920, tendo Pedro Augusto como seu vice-diretor. Foi durante seu tempo como professor que conheceu sua esposa Maria Eulina, casou-se em 6 de janeiro de 1923. Em agosto, o casal

passou por uma tragédia quando complicações na gravidez forçaram um parto prematuro, gêmeas sem nome, que não sobreviveram. Pedro Augusto pediu demissão da instituição de ensino dois meses depois. No ano seguinte, o casal teve sua primeira filha Lécticia, infelizmente faleceu em 1925 com poucos meses de vida. Apenas no ano de 1926 que o casal teve seu primeiro filho a sobreviver ao período infantil, Maurílio de Almeida.

Depois de abandonar o Instituto Bananeirense Pedro Augusto dedicou-se a agropecuária em associação com seu sogro Antônio da Rocha. Dedicou-se a administrar as fazendas do sogro, na fazenda Porteiras criava gado, enquanto na fazenda Manitú plantava café. Posteriormente, os dois abriram a firma A. Rocha & Cia, que dedicava a descansar o café produzido na região. Com a renda adquirida com a firma Pedro de Almeida passou a adquirir suas próprias propriedades rurais, começando pelo engenho Olho D'Água. Entre seus empreendimentos, Pedro Augusto possuía uma sociedade com Pio Cavalcanti de Melo para exportação de Fumo e uma Concessionária da Ford em Bananeiras, em uma associação com seu cunhado, Pedro de Almeida era um entusiasta dos automóveis da empresa.

Sua entrada na política aconteceu por intermédio de José Antônio Ferreira da Rocha, cunhado de Antônio, chefe político local e amigo próximo do Interventor Argemiro de Figueiredo, que indicou o nome de Pedro de Almeida para a prefeitura. Foi nomeado pelo Interventor em 02/01/1935, ficando no cargo por oito meses até ter que desvincular-se em 04/08 para se candidatar ao pleito municipal deste mesmo ano. Durante este ano Pedro de Almeida foi o responsável pela organização do Partido Progressista (1935-1937) na localidade e foi candidato à prefeitura pelo mesmo. Foi eleito em novembro deste ano e tomou posse como prefeito em 07/01/1936. Pedro foi afastado dois meses depois do golpe do Estado Novo em novembro de 1937, mas foi reconduzido ao cargo por Argemiro de Figueiredo dois meses depois. Dessa vez permaneceu à frente da prefeitura até a saída do então Interventor em julho de 1940, pedindo demissão pouco tempo depois da saída de Argemiro de Figueiredo.

Com sua saída da prefeitura, Pedro de Almeida participou da organização da União Democrática Nacional (UDN), foi também um dos principais colaboradores do jornal “A Tribuna”. Participou dos diretórios da UDN em 1945 e no ano seguinte foi escolhido como candidato a deputado estadual pelo partido, a escolha deu-se em uma convenção realizada no Cassino da Lagoa em 03/12/1946. Eleger-se no ano seguinte e participou dos trabalhos da Assembleia Constituinte da Paraíba em 1947.

Na Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB) Pedro de Almeida foi 1º Secretário na primeira composição (1947-1949) da mesa e posteriormente, vice-presidente na segunda composição (1949-1951). Um deputado conservador, pregava uma moral civilizatória e religiosa em seus discursos, além disso, sua atuação parlamentar focou na defesa dos proprietários rurais, principalmente da indústria do algodão, e de melhores condições para o crédito agrícola. Um outro ponto de destaque de sua atuação foi a sua atuação na pauta ambiental, levando diversas vezes à tribuna discursos e projetos de reflorestamento. Um aspecto da atuação parlamentar era a proximidade com a religião, sempre presente nos seus discursos e na sua atuação política. Extremamente católico e religioso, Pedro Augusto era devoto de Nossa Senhora da Conceição, mas trazia diversas superstições de um proselitismo rural, consultando quiromantes antes de tomar decisões futuras na sua carreira.

Ao longo do ano de 1948, a UDN passa por uma disputa entre seus líderes Argemiro de Figueiredo e José Américo de Almeida, com o racha do partido Pedro de Almeida fez parte da ala que apoiou José Américo, compondo assim a ala americista do partido. Nessa disputa, Pedro Augusto desfilhou-se da UDN e foi candidato a deputado estadual pelo Partido Libertador (PL) nas eleições de 1950. Em coligação com o PSD, Pedro Augusto foi eleito pela Coligação Democrática Paraibana (CDP). Durante a campanha Pedro de Almeida foi alvo de uma tentativa de assassinato em Solânea, frustrada pelo acaso, o deputado voltou a cidade no dia seguinte e chamou o responsável pelo ensaio para um duelo, o qual não compareceu.

No entanto, Pedro Augusto de Almeida não conseguiu tomar posse para um novo mandato na ALPB. Em novembro de 1950, enquanto reformava uma casa, Pedro Augusto acidentou-se e caiu do primeiro andar da casa. A queda rendeu-lhe uma fratura na bacia, nos ossos do antebraço e da mão esquerda. Um mês depois Pedro de Almeida foi acometido por uma trombose pulmonar, falecendo no dia 22 de dezembro de 1950.

Referências

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Lembrando de Pedro Augusto de Almeida no seu Centenário**. Natal: Editora Art Ptint Ltda., 1994.